

Câmara Legislativa do Distrito Federal

L I D O
Em, 29 / 02 / 12
Das 12079
Assessoria do Plenário

Gabinete do Deputado Patrício

REQUERIMENTO Nº RQ 1256 /2012
(Do Deputado Patrício)

Requer a solicitação de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde acerca de contratos com hospitais particulares.

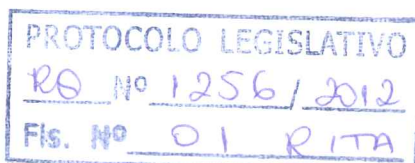
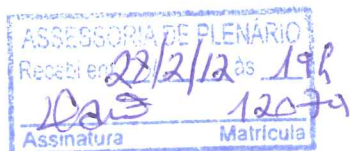
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro a Vossa Excelência — nos termos dos arts. 40 e 145, XIX do Regimento Interno — que sejam solicitadas ao Senhor Rafael Barbosa, Secretário de Estado de Saúde, as seguintes informações:

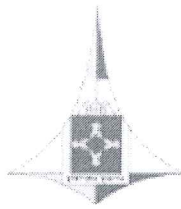
- 1 – cópia de todos os contratos vigentes, e seus respectivos aditamentos, firmados entre a Secretaria de Saúde e os hospitais particulares para oferta de leitos em Unidades de Terapia Intensiva - UTI;
- 2 – relação de todos os pagamentos feitos a hospitais particulares relativos a dívidas dos anos de 2009 e 2010, com as respectivas justificativas;
- 3 – relação detalhada da dívida com hospitais particulares, com o nome do estabelecimento e o valor devido.

JUSTIFICAÇÃO

No início deste ano, o Governo do Distrito Federal reconheceu dívidas que somam mais de R\$ 3,2 milhões com entidades privadas de saúde. Os débitos foram publicados no DODF do dia 04 de janeiro e são referentes ao custo de internações de pacientes da rede pública em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) particulares nos anos de 2009 e 2010.



Patrício



Câmara Legislativa do Distrito Federal

Gabinete do Deputado Patrício

O reconhecimento da dívida nos surpreendeu, pois em novembro de 2011 o próprio Secretário de Saúde contestava o valor da dívida. Segundo ele, havia uma divergência entre os valores apresentados pelo Sindicato Brasiliense de Hospitais, cuja tabela onera os procedimentos, e os valores estabelecidos pelo SUS. Apesar disso, foram pagos mais de 42 milhões de reais só em 2011.

Nossa preocupação refere-se à devida análise dos documentos encaminhados pelos hospitais particulares. Não é aceitável que se paguem dívidas de gestões passadas sem que sejam averiguadas.

Assim, por acreditar que a transparência e a moralidade devam orientar toda a Administração, sobretudo quando se trata de um serviço essencial à população, rogo aos nobres pares que aprovem o presente requerimento.

Sala das Sessões, em


Deputado Patrício
PT

